SÊNIOR
Auditores e Consultores

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2021

CPRM
Serviço Geológico do Brasil

Copyright ©2016. Sênior Auditores e Consultores. Todos os direitos reservados.

SÊNIOR
Auditores e Consultores

Maringá – PR., 28 de outubro de 2021.

Aos
Diretores e Conselheiros Fiscais da
COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL
Brasília – Distrito Federal

Prezados Senhores,

Encaminhamos, por intermédio da presente, para apreciação e análise de Vs. Sas. **Relatório dos Auditores Independentes** sobre as informações contábeis intermediárias levantadas em 30 de setembro de 2021.

Colocamo-nos à disposição de Vs. Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Atenciosamente,

AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC-PR 004940/O-6

Copyright ©2016. Sênior Auditores e Consultores. Todos os direitos reservados.

SÊNIOR
Auditores e Consultores

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2021

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes..... 4 e 5

Balanço Patrimonial..... 6

Demonstração do Resultado do Exercício..... 7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido..... 8

Demonstração dos fluxos de caixas..... 9

Demonstração do valor adicionado.....10

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias..... 11 a 42

Copyright ©2016. Sênior Auditores e Consultores. Todos os direitos reservados.

SÊNIOR
Auditores e Consultores

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Diretores e Conselheiros Fiscais da
COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL
Brasília – Distrito Federal

Introdução

Examinamos as informações contábeis intermediárias da **COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021, o resultado do período, as demonstrações da mutação do patrimônio líquido e dos fluxos de caixas, para o período findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as normas aplicáveis no Brasil às entidades do setor público. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - *Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity,* respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente, às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, as informações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM** em 30 de setembro de 2021 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Copyright ©2016. Sênior Auditores e Consultores. Todos os direitos reservados.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração individual do valor adicionado (DVA) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto.

Saldos correspondentes comparativos

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por nós auditadas, sendo que emitimos em 24 de fevereiro de 2021 relatório de auditoria com ressalvas.

Maringá – PR., 28 de outubro de 2021.

AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC-PR 004940/O-6

Copyright ©2016. Sênior Auditores e Consultores. Todos os direitos reservados.

SÊNIOR
Auditores e Consultores

CPRM
Serviço Geológico do Brasil

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Balanços Patrimoniais Levantados em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

ATIVO	Nota Explicativa	2021	2020
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	17.864	25.504
Créditos a Receber	5	47	243
Materiais	6	368	326
Tributos a Recuperar	7	1.030	1.068
Adiantamentos para Despesas	8	11.575	3.255
Convênios com Entidades Diversas	9	16.705	8.912
Convênios com Entidades Diversas - TED	21	90.997	78.356
Outros Créditos	10	26	31
Total do Ativo Circulante		**138.612**	**117.695**
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo	11	11.040	13.184
Investimentos	12	5	5
Imobilizado	13	106.645	109.897
Total do Ativo não Circulante		**117.690**	**123.086**
TOTAL DO ATIVO		**256.302**	**240.781**

PASSIVO	Nota Explicativa	2021	2020
CIRCULANTE			
Fornecedores e Contas a Pagar	14	6.220	4.343
Tributos e Encargos Sociais a Pagar	15	12.959	12.954
Obrigações Tributárias a Recolher - Retenções	16	9.604	10.634
Férias e 13o.salário a Pagar	17	59.511	45.493
Provisão para Contingências	18	7.091	8.198
Contas e Despesas a Pagar	19	14.744	15.731
Convênios com Entidades Diversas	20	3.828	10.744
Convênios com Entidades Diversas - TED	21	90.997	78.356
Credores Diversos	22	1.380	2.285
Total do Passivo Circulante		**206.334**	**188.738**
NÃO CIRCULANTE			
Tributos e Encargos Sociais a Pagar	15	15.700	18.372
Total do Passivo não Circulante		**15.700**	**18.372**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	23	30.148	30.148
Reservas de Reavaliação	24	20.690	20.969
Resultado Acumulado	25	(16.570)	(17.446)
Total do Patrimônio Líquido		**34.268**	**33.671**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**256.302**	**240.781**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Copyright ©2016. Sênior Auditores e Consultores. Todos os direitos reservados.

SÊNIOR
Auditores e Consultores

CPRM
Serviço Geológico do Brasil

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Demonstrações dos Resultados
Para os Períodos de nove Meses Findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 e Três meses de julho a setembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto o Resultado Líquido do Exercício por ação

	Nota Explicativa	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	26	1.662	2.072	924	38
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	27	(988)	(1.263)	(540)	(35)
LUCRO BRUTO		674	809	384	3
RECURSOS DA UNIÃO PARA OPERAÇÕES E INVESTIMENTOS	28	341.185	353.531	128.559	123.034
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	29	(340.727)	(380.495)	(130.206)	(142.242)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		1.132	(26.155)	(1.263)	(19.205)
(DESPESAS) RECEITAS FINANCEIRAS	30	223	(562)	(116)	36
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		1.355	(26.717)	(1.379)	(19.169)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	31	(758)	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	32	597	(26.717)	(1.379)	(19.169)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO POR AÇÃO		0,20	(9,06)	(0,47)	(6,50)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Copyright ©2016. Sênior Auditores e Consultores. Todos os direitos reservados.

SÊNIOR
Auditores e Consultores

CPRM
Serviço Geológico do Brasil

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Para os Períodos de nove Meses Findos em 30 de setembro de 2021 e nove Meses Findos em 30 de setembro de 2020.
(Em milhares de reais - R$)

	Capital Social	Reserva de Lucros	Reserva de Reavalição	Resultado Acumulado	Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31/12/2019	**30.148**	**3.508**	**21.435**	**-**	**55.091**
Resultado do Período	-	-	-	(26.717)	(26.717)
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(349)	349	-
Reserva Legal		(3.068)			(3.068)
Reserva de Lucros a Realizar		8.817			8.817
SALDOS EM 30/09/2020	**30.148**	**9.257**	**21.086**	**(26.368)**	**34.123**
SALDOS EM 31/12/2020	**30.148**	**-**	**20.969**	**-17.446**	**33.671**
Resultado do Período	-	-	-	597	597
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-279	279	-
Ajustes de Exercício Anteriores				0	-
SALDOS EM 30/09/2021	**30.148**	**-**	**20.690**	**-16.570**	**34.268**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

SÊNIOR
Auditores e Consultores

CPRM
Serviço Geológico do Brasil

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Para os Períodos de nove Meses Findos em 30 de setembro de 2021 e nove meses Findos em 30 de setembro de 202
(Em milhares de reais - R$)

	09/2021	09/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Período	597	(26.717)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e Amortização	6.023	7.862
Juros e Variações Monetárias de Financiamento a Longo Prazo	-	90
Juros e Variações Monetárias de Ativos Realizáveis a Longo Prazo	178	(1.040)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Provisão para Perdas Crédito Realizáveis Longo Prazo - PCLD	886	15.034
Ajustes no Ativo Imobilizado	-	-
Ajuste da Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	-	-
Provisão de Contingências	(1.107)	30
Ajustes nas Provisões para Perdas	(606)	-
Transferência do Longo Prazo para o Curto Prazo - Parcelamentos	(2.672)	-
Ajustes no Ativo Investimentos		-
	3.299	(4.741)
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS		
Créditos a receber	196	(5)
Estoques	(42)	145
Tributos a recuperar	38	128
Adiantamentos para despesas	(12.101)	(21.238)
Depósitos Judiciais e para Recursos	1.890	(496)
Outros ativos	(16.851)	1.425
	(26.870)	(20.041)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS		
Fornecedores	1.876	(3.669)
Salários e Encargos	14.018	10.452
Contas e Despesas a Pagar	11.655	15.099
Outros Passivos	(8.846)	4.728
	18.703	26.610
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(4.868)**	**1.828**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição do Imobilizado	(20.453)	(23.523)
Baixa de Imobilizado	17.681	28.689
Adição/Baixa de Intangível	-	(43)
Baixa de Investimento	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(2.772)**	**5.123**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(7.640)**	**6.951**
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	25.504	26.309
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	17.864	33.260
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(7.640)**	**6.951**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

SÊNIOR
Auditores e Consultores

CPRM
Serviço Geológico do Brasil

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Demonstrações dos Valores Adicionados
Para os Períodos de nove Meses Findos em 30 de setembro de 2021 e nove meses Findos em 30 de setembro de 2020.
(Em milhares de reais - R$)

	2021	2020
RECEITAS	**342.876**	**355.636**
Recursos Financeiros da União	341.185	353.531
Outras receitas	1.691	2.105
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**65.074**	**102.892**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	988	1.263
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	77.053	82.826
Perda/Recuperação de valores ativos	886	15.034
Outras(Provisões, Reversões e Resultado com Acões Judiciais)	-13.853	3.769
VALOR ADICIONADO BRUTO	**277.802**	**252.744**
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	8.467	9.122
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**269.335**	**243.622**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**1.622**	**1.060**
Receitas financeiras	1.622	1.060
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**270.957**	**244.682**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**270.957**	**244.682**
Pessoal	**241.141**	**237.635**
Remuneração direta	220.926	216.686
Benefícios	6.968	7.429
FGTS	13.247	13.520
Impostos, taxas e contribuições	**27.820**	**32.142**
Federais	27.698	31.785
Estaduais	21	108
Municipais	101	249
Remuneração de capitais de terceiros	**1.399**	**1.622**
Juros	1.399	1.622
Remuneração de capitais próprios	**597**	**-26.717**
Juros sobre o capital próprio	0	0
Dividendos	0	0
Lucros retidos/Prejuízo do exercício - Atribuível aos Acionistas Controladores	579	-25.915
Lucros retidos/Prejuízo do exercício - Atribuível aos Acionistas não Controladores	18	-802

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021.
(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto se de outra forma indicado)

Nota 1 - Contexto Operacional

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM é uma Sociedade por Ações constituída pela União, na forma do Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, transformada em empresa pública pela Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994, vinculada ao Ministério de Minas e Energia e com as atribuições de serviço geológico do Brasil.

Para total e fiel obtenção de seus objetivos sociais, compete à CPRM gerar e difundir o conhecimento das Geociências com excelência no interesse do país, nelas incluídas a Geologia em seus diversos campos, a Hidrologia e outras ciências afins, bem como a gestão destas informações, devendo, especificamente:

- Subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento, da coordenação e execução dos serviços de Geologia e Hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional, incluindo a Plataforma Continental Jurídica Brasileira e Áreas Oceânicas Adjacentes;

- Gerar e disseminar conhecimento geocientífico com excelência, contribuindo para melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável do Brasil;

- Estimular o descobrimento e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;

- Orientar, incentivar e cooperar com entidades públicas e/ou privadas nas realizações de pesquisas e estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;

- Elaborar sistemas de informações, cartas e mapas que traduzam o conhecimento geológico e hidrológico nacional, tornando-o acessível à sociedade brasileira;

- Colaborar em projetos de preservação do meio ambiente em ação complementar à dos órgãos competentes da administração;

- Realizar pesquisas, estudos e mapeamentos relacionados com os fenômenos naturais e induzidos, ligados à terra, tais como terremotos, deslizamentos, enchentes, secas, desertificação e outros, bem como os relacionados à Paleontologia e à Geologia Marinha;

- Dar apoio técnico e científico aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, no âmbito de sua área de atuação. De acordo com o disposto no § 1º, do art. 2º da Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994, consideram-se: a) recursos minerais: as massas

individualizadas de substâncias minerais ou fósseis encontradas na superfície ou no interior da terra, bem como na plataforma submarina; b) recursos hídricos: as águas de superfície e as águas subterrâneas.

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM atua em todo o território nacional, possui sede e foro em Brasília/DF, além de 12 Unidades Regionais nas seguintes localidades: Rio de Janeiro, Manaus, Porto Velho, Belém, Recife, Fortaleza, Teresina, Goiânia, Belo Horizonte, São Paulo, Salvador e Porto Alegre. Vinculados a estas unidades regionais estão os Centros Integrados de Estudos Multidisciplinares – CIEM de Apiaí, São Paulo, Centro Integrado de Estudos Geológicos – CIEG Morro do Chapéu, Bahia, Depósitos de Mossoró, Rio Grande do Norte, Caçapava do Sul, Rio Grande do Sul e Feira de Santana, Bahia, Núcleos de apoio técnico Curitiba, Paraná, Criciúma, Santa Catarina, Natal, Rio Grande do Norte, Roraima, Roraima e Cuiabá, Mato Grosso, Rede de Bibliotecas, Litotecas, Laboratórios e, Museu de Ciências da Terra - MCTER.

Nota 2 - Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Companhia escritura suas operações no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, na modalidade total, sendo os Balanços de Unidades Gestoras consolidados no Órgão 29208 – Gestão 29208. A sua escrituração está mantida em registros permanentes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo feita conforme estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os elementos apresentados nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, ou seja, a "moeda funcional", que é também a moeda corrente nacional – denominada Real.

c) Uso de estimativa e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas contábeis e os julgamentos da administração, baseados nas informações disponíveis, são revisados de forma contínua.

d) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Nota 3 - Resumo das Principais Diretrizes Contábeis

a) Caixa e Equivalente de Caixa

Os valores registrados nas Contas Contábeis 1.1.1.1.1.02.06 – Conta Única – Subconta do Tesouro Nacional, 1.1.1.1.2.20.01 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Orçamento Fiscal da Seguridade Social - OFSS, 1.1.1.1.2.20.03 – Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento - Orçamento Fiscal da Seguridade Social OFSS e 1.1.1.1.1.02.06 - Recursos da Conta Única Aplicados representam, no Balanço da Companhia, as disponibilidades, ou seja, o Caixa e Equivalentes de Caixa.

Essas contas são movimentadas conforme normas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, principalmente, as Macrofunções n.º. 020303 – Programação e Execução Financeira, item 7, 020305 – Conta Única do Tesouro Nacional, item 3.5 e o Decreto nº 6.170 de 25.07.2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências, Art. 10, parágrafos 4º e 5º.

b) Créditos a Receber

Os valores registrados em créditos a receber são referentes ao ressarcimento das despesas com cessão de empregados a outros órgãos e ressarcimento de despesas por cessão de espaço físico a terceiros, de interesse comum. A CPRM não possui contas a receber de clientes.

c) Materiais

Os valores registrados neste item são materiais de consumo, avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição.

d) Tributos a Recuperar

A contabilização do item tributos a recuperar refere-se aos créditos apurados, conforme legislação tributária específica do PIS/PASEP e da COFINS (Leis 10.637/2002 e 10.833/2003).

e) Adiantamento para Despesas

Os adiantamentos são demonstrados no ativo circulante e reclassificados em contas de despesas quando da prestação de contas.

f) Convênios com Entidades Diversas

Os recursos de convênios, quando a CPRM é concedente, são contabilizados em conta do ativo circulante e após a aplicação destes recursos, baixados pela prestação de contas do Ente conveniado.

g) Financiamentos a Receber

Os financiamentos a receber são referentes ao Programa de Assistência Financeira à Pesquisa Mineral (PAFPM), do Governo Federal, que teve como objeto estimular os empresários brasileiros a se dedicarem ao ramo da mineração, oferecendo um sistema de financiamento adequado às peculiaridades da prospecção mineral, e assumindo, juntamente com o empresário, os riscos inerentes à mesma.

Os itens são demonstrados conforme valores históricos, corrigidos com juros e correção monetária e norteados por contratos específicos, além dos registros ajustando as possíveis perdas.

h) Investimentos

Os itens demonstrados possuem natureza permanente e estão atualizados ao valor patrimonial.

i) imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos dos saldos acumulados da respectiva conta de depreciação acumulada (calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração as estimativas dos critérios vigentes, apropriada ao resultado do exercício) e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar decorrentes de fornecimento de bens/materiais e da prestação de serviços que foram adquiridos no curso normal das operações de empresas nacionais.

l) Financiamentos a Pagar

Os empréstimos firmados pela CPRM cujo prazo é superior a um ano entre a assinatura do contrato e seu pagamento final são contabilizados no passivo não circulante e os valores a serem pagos até o final do exercício seguinte, para o passivo circulante. Tais financiamentos estão suportados por contratos específicos.

m) Impostos e Encargos Sociais a Pagar

As obrigações da Companhia com o Governo relativas a impostos, taxas e contribuições são registradas em contas específicas dentro desse item.

n) Salários, Remunerações e Benefícios, Férias e 13º Salários a Pagar

Foram apropriados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

o) Provisão para Contingências

As práticas contábeis para registro e divulgação de passivos contingentes são as seguintes: (i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

p) Convênios com Entidades Diversas

A Companhia recebe recursos de convênios concedidos por Órgãos e Entidades, que são contabilizados no passivo circulante e sua aplicação é apurada mensalmente.

q) Capital Social

O Capital Social da CPRM é composto por Ações Ordinárias e Preferenciais, totalmente integralizadas, com 97% das Ações pertencentes à União Federal e 3% a Entes Federativos.

r) Reserva de Reavaliação

Os itens de reserva de reavaliação foram constituídos conforme reavaliação feita à época nos moldes da ferramenta SPIUnet (Sistema Público de Gerenciamento dos Imóveis do Governo Federal) e norma específica e a realização pela depreciação dos respectivos imóveis.

s) Apuração do Resultado

O resultado é apurado segundo o Regime de Competência. O resultado antes dos tributos sobre o lucro é apurado somando o lucro bruto e os recursos da União para operações e investimentos, diminuídos do resultado das despesas e receitas operacionais e financeiras. O resultado fiscal é apurado trimestralmente conforme legislação do Imposto de Renda e o IRPJ e Contribuições sobre o Lucro Líquido – CSLL, conforme LALUR e LACS.

t**) Receita**

A receita líquida é resultado da receita bruta diminuída do Imposto sobre Serviços – ISS, tributo sobre ela incidente, conforme legislação tributária específica. As receitas surgem no

curso normal da atividade econômica, pesquisa e desenvolvimento em ciências físicas e naturais, desenvolvida pela Companhia, referindo-se, principalmente, aos serviços prestados pela rede de Laboratórios de Análise Mineral – LAMIN/CPRM.

u) Custos

A apuração dos custos referentes à prestação dos serviços é estimada com base nas informações geradas pelo Sistema de Informação de Custos do Governo Federal – SIC, de acordo com a avaliação dos centros de custos, pelas áreas que prestam o serviço.

v) Despesas

O registro das despesas atende as classificações e os estágios da Execução da Despesa e do Orçamento Público. O referido registro, é composto pelos lançamentos das despesas patrimoniais, depreciações, provisões, perdas, entre outras.

Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa é representado pelas Contas Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Orçamento Fiscal da Seguridade Social, Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento - Orçamento Fiscal da Seguridade Social e Recursos da Conta Única Aplicados.

R$ Mil

	09/2021	**12/2020**
Limite de Saque com Vinculação Pagamento - OFSS	6.797	10.241
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OP - OFSS	10.648	15.090
Recursos da Conta Única Aplicados	419	173
Total	**17.864**	**25.504**

4.a) Limite de Saque com Vinculação Pagamento – OFSS: O limite de saque com vinculação de pagamento é um processo pelo qual a Coordenação Geral de Programação Financeira – COFIN, controla os pagamentos dentro de cada fonte de recursos (origem ou procedência de financeiro que deve ser gasto com uma determinada finalidade), de forma a vincular a liberação com a respectiva despesa. Na programação da execução financeira é feita a compatibilização entre a liberação e a disponibilidade de caixa do Tesouro Nacional, observando a Lei Orçamentária Anual – LOA.O saldo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 6.797, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 10.241.

4.b) Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OP – OFSS: Ressalta-se que o saldo da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento – OFSS, o saldo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 10.648, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 15.090, representa os pagamentos que aguardam autorização para posterior emissão de ordem bancária.

4.c) Recursos da Conta Única Aplicados: Conforme orientações da norma, Macrofunção nº 020305 – Conta Única do Tesouro Nacional, item 3.5, emitida pela Secretaria do Tesouro

Nacional, a Companhia faz a transferência dos recursos da sua conta única para a conta de aplicação, assim como o resgate do valor aplicado à conta única. Ao final de cada decêndio, a partir do saldo diário da conta de aplicação, é realizado o cálculo da remuneração diária (saldo do dia x taxa STN). O equivalente de caixa referente aos Recursos da Conta Única Aplicados apresentou o saldo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 419, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 173, registrado conforme o Decreto nº 6.170, de 25.07.2007, onde ficou estabelecido que os recursos de convênio, enquanto não utilizados, devem ser aplicados e as receitas financeiras auferidas devem ser obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade.

Nota 5 – Créditos a Receber

Os valores registrados em Contas a Receber referem-se basicamente a créditos por cessão de pessoal a outros órgãos, conforme abaixo:

R$ Mil

	09/2021	**12/2020**
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	47	243
Total	**47**	**243**

Sobre o saldo existente em 30 de setembro de 2021, ressalta-se que no segundo trimestre de 2021 foi transferido para o longo prazo o valor de R$ 203 mil referente a Procuradoria Geral do Estado do Amapá, conforme oficio Nº 94/2021/DICOTE/COJUR/PR/CA-CPRM DE 22/06/2021.

Nota 6 - Materiais

Os valores registrados neste grupo referem-se a materiais de consumo, demonstrados pelo custo médio ponderado de aquisição.

R$ Mil

	09/2021	**12/2020**
Material de Consumo	368	326
Total	**368**	**326**

Nota 7 – Tributos a Recuperar

Neste grupo são registrados os créditos tributários referentes à COFINS e ao PIS/PASEP apurados conforme a transmissão da Escrituração Fiscal Digital – Contribuições (EFD –Contribuições). São contabilizadas também as retenções de tributos federais por terceiros.

R$ Mil

	09/2021	12/2020
COFINS a Recuperar/Compensar	832	871
PIS/PASEP a Recuperar/Compensar	181	189
Outros Tributos a Recuperar/Compensar	17	8
Total	**1.030**	**1.068**

Nota 8 - Adiantamentos para Despesas

São registrados neste grupo os adiantamentos para o atendimento das operações da Companhia, consoante a normativos específicos, sendo os adiantamentos de viagens e serviços realizados na prestação de contas.

R$ Mil

	09/2021	12/2020
Adiantamento de Décimo Terceiro	8.044	32
Adiantamento de Férias	284	1.294
Adiantamento de Viagens e Suprimento de Fundos	1.778	1.083
Adiantamento a Prestadores de Serviços	1.469	846
Total	**11.575**	**3.255**

Nota 9 - Convênios com Entidades Diversas

Os recursos de convênios transferidos pela CPRM às Entidades Diversas são contabilizados em conta de ativo circulante, representando um direito que será realizado quando o convenente prestar contas após aprovação da área técnica. Conforme legislação vigente, a prestação de contas deverá ser apresentada em até 60 (sessenta) dias após o término da vigência do termo de execução descentralizada.

De acordo com o controle realizado pela Divisão de Execução Financeira DIEFIN/DECOF/CPRM, segue quadro resumo:

R$ Mil

Entidades Diversas	09/2021	12/2020
Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) - Vigência: 02/2016 a 02/2018 - Prorrogado o prazo para 31/12/2020 Objeto: Manutenção e a Ampliação da Rede Sismográfica Brasileira – RSBR, constituída pela Rede Sismográfica do Sul e do Sudeste do Brasil – RSIS Obs.: A prestação de contas realizada conforme documento hábil Siafi 2021NS000600 de 30/04/2021.	-	1.360
Universidade Federal do Rio Grande (FURG) - Vigência: 12/2015 a 11/2017 - Prorrogado prazo para 30/11/2021	1.500	1.500

Objeto: Realização de três campanhas de levantamento de dados geofísico e oceanográficos e coleta de amostras geológicas na região da Plataforma de Florianópolis e no Terraço de Rio Grande para avaliação da ocorrência de depósitos de fosforita dentro do Programa REMPLAC Obs.: OBS: Em andamento.		
Centro Federal de Educação Tecnológica de MG – CEFET – Vigência: 26/12/2019 a 22/04/2022. Objeto: O presente instrumento tem por objeto o desenvolvimento de um novo desenho organizacional para a CPRM com vistas ao aprimoramento da eficiência e efetividade da organização, baseado nas modernas práticas gerenciais, em conhecimento científico de fronteira, no alinhamento à estratégia organizacional e em adaptações de aspectos complementares devidas às consequências da mudança estrutural. TED 38/CPRM/2019 – ED 699557 Obs.: Em andamento.	1.085	461
Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro – Vigência 11/2009 a 11/2013 Objeto: Mapeamento geológico e dos recursos minerais de uma área de cerca de 3.000 Km quadrado, da Folha Itaboraí (SF-23-Z-B002DV), situada na região da baixada litorânea e parte da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. Obs.: Aguardando o ateste do gestor do convênio aprovando a prestação de contas, e Cobrança através do processo SEI 48038.000063/2021-06.	160	160
Diretoria de Finanças da Marinha – Vigência: 12/2019 a 12/2022. Objeto: Manutenção Anual do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico "Vital de Oliveira" e de seu parque de equipamentos científicos, bem como seu uso para a realização de levantamentos marinhos, necessários para cumprir objetivos dos projetos de exploração marinha da CPRM, nos programas REMPLAC E PROAREA. TED 36/CPRM/2019 – ED 699113 Processo SEI nº 48032.002593/2020-50 OBS: TED em andamento, dentro do prazo de vigência.	2.000	2.000
Diretoria de Finanças da Marinha – Vigência: 11/2020 a 11/2021. Objeto: Manutenção Anual do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico "Vital de Oliveira" e de seu parque de equipamentos científicos, bem como seu uso para a realização de levantamentos marinhos, necessários para cumprir objetivos dos projetos de exploração marinha da CPRM, nos programas REMPLAC E PROAREA. TED nº016/CPRM/2020 Processo SEI nº 48035.002074/2020-61 OBS: Em andamento, dentro do prazo de vigência	1.689	1.689
Universidade Federal Fluminense – Vigência: 11/2019 a 11/2020. Objeto: Consolidar e ampliar os estudos sobre as causas e patologias diversas que estão afetando os prédios e estruturas urbanas em Maceió – Alagoas. TED 28/CPRM/2019 – ED 698880	-	162

OBS: Enviado despacho (0516090) no processo SEI 48032.002010/2020-91 TED baixado no SIAFI		
Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa – FADESP – Vigência: 11/04/2016 a 11/04/2021 Objeto: Objeto: Estabelecimento de valor e a forma de repasse de contribuição financeira, com alteração no plano de aplicação (Anexo I), para custeio da gestão e manutenção física e lógica da infraestrutura da Rede MetroBel, referente ao atual exercício. Processo SEI 48032.002656/2020-78 OBS: Aguardando apresentação da Prestação de Contas pelo Gestor do TED.	41	41
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE Vigência: 10/11/2020 a 12/12/2021 Objeto: Análises químicas da água do mar para determinação dos principais nutrientes inorgânicos dissolvidos. Processo SEI nº48035.002130/2020-68 Descentralização: 2020NC003417/2020PF002507 OBS: Em andamento.	175	153
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN Vigência 13/11/2020 a 12/01/2022 Objeto: Estudos de caracterização da fonte dos fenômenos sismológicos associados a rachaduras e afundamentos de terrenos em região urbanizada em Maceió - AL, para subsidiar a consolidação das conclusões até então obtidas pela CPRM e apoiar o monitoramento do processo na região. TED 017/CPRM/2020 Processo SEI nº48032.001925/2020-89 OBS: Em andamento.	209	167
Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP Vigência: 12/2020 a 12/2021 Objeto: Desenvolvimento de atividades que viabilizem a implantação de serviços de comunicação e colaboração, bem como infraestrutura de redes avançadas, integrados à RNP para uso da CPRM. TED 020/CPRM/2020 Processo SEI nº48032.006471/2020-32 OBS: Em andamento.	1.219	1.219
MB - Marinha do Brsil - Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha do Brasil Vigência: 26/08/2021 a 26/08/2022 Objeto: Manutenção do NPqHo "Vital de Oliveira" em especial de seus motores e demais equipamentos de operação. O repasse de créditos visa honrar com os compromissos no acrdo de cooperação da governança do navio de pesquisa hidroceanográfico "NPQHO Vital de Oliveira" (Acordo/Convênio 015/CPRM/2018). Responsabilidade do SGB-CPRM nos programas Proarea e Remplac, bem como as obrigações assumidas junto à autoridade internacional dos fundos marinhos, descritas no contrato de exploração de crostas.	8.357	-

TED 028/CPRM/2021 OBS: Em andamento.		
Fundação Escola Nacional de Adm. Pública Vigência: 24/08/2021 a 31/12/2021 Objeto: Realização de ações de desenvolvimento de curta duração na modalidade remota voltadas aos servidores públicos da CPRM, com vistas a capacitar seu corpo técnico e gerencial. TED 029/CPRM/2021 OBS: Em andamento.	20	-
Centro de Tecnologia Mineral – CETEM / MCTI Vigência: 22/09/2021 a 22/05/2022 Objeto: Verificação da potencialidade dos calcários provenientes do litoral dos Estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba, por meio de duas amostras de cada estado, para aplicações comerciais na agricultura, papel, polimeros, corretivos de solos, indústria cosméticas, dentre outras. TED 033/CPRM/2021 OBS: Em andamento.	150	-
Universidade Federal de Ouro Preto Vigência: 14/09/2021 a 14/12/2022 Objeto: Execução projeto na área de geologia e recursos minerais, com geração de base de dados isotópicos robusta e de domínio público sobre a província metalogenética do quadrilátero ferrífero, promovendo o intercâmbio técnico-científico entre as duas instituições. TED 032/CPRM/2021 OBS: Em andamento.	100	-
Total	**16.705**	**8.912**

Nota 10 - Outros Créditos

Classificam-se neste grupo os demais valores a receber não relacionados a grupos do Ativo Circulante, tais como Prêmios de Seguros a Apropriar, Assinaturas e Anuidade a Apropriar e Valores a Receber por GRU de Despesas Estornadas. Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentaram saldos de R$ 26 e R$ 31, respectivamente.

Nota 11 - Realizável a Longo Prazo

No Ativo Realizável à Longo Prazo estão registrados os Financiamentos Concedidos, sob o título de Pesquisa e Avaliação de Depósitos de Substâncias Minerais, evidenciando os valores de contratos de financiamentos com cláusula de risco celebrados com mineradoras privadas nacionais, conforme recursos dos Programas de incentivo do Governo Federal da época. Além de Outros Créditos, tais como contratos de Cessão de Direitos Minerais, Depósitos Judiciais e para Recursos, Empréstimos Compulsórios sobre Veículos e Combustíveis e Créditos por Alienação, demonstrados abaixo:

R$ Mil

	09/2021	12/2020
Financiamentos Concedidos	7.012	8.108
Outros Créditos	4.028	5.076
Total	**11.040**	**13.184**

Nota 11.1 - Financiamento Concedidos à Pesquisa Mineral

Sobre os Processos ativos no banco de dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), a Consultoria Jurídica/COJUR/CPRM recomendou através do processo SEI nº 48086.004024/2021-02, de acordo com os (0653738) – Despacho de 29 de setembro de 2021 - DICOTE e (0651779) – Despacho de 28 de setembro de 2021 - DIESPA, a seguinte classificação para os riscos contratuais que consequentemente, deu conformidade aos ajustes das perdas, no Balanço da Companhia:

PROCESSOS	EMPRESAS	RECUPERAÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	PERDAS ESTIMADAS
003.499/35	EXDIBRA EXTR. DIAMANTES S/A.	REMOTO	3.447	(3.447)
808.445/73 810.677/73	MINEPAR MIN. GASPAR LTDA.	POSSÍVEL	16.031	(16.031)
805.657/76 805.658/76 805.659/76 812.559/76	BELO SUN MIN. LTDA.	PROVÁVEL	7.012	-
Total			**26.490**	**(19.478)**

Os saldos líquidos referentes aos Financiamentos à Pesquisa Mineral registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo de R$ 7.012 em 30 de setembro de 2021 e de R$ 8.108 em 31 de dezembro de 2020, foram atualizados com juros contratuais que variam de 3% a 7% a.a., no que se refere Exdibra Extratifera de Diamantes S/A e Minepar – Minérios Gaspar LTDA. A Belo Sun Mineração LTDA teve seu contrato repactuado em 30/07/2021, contrato nº 047/PR/2021, conforme processos Sei 48090.000152/2021-18 e 48086.002814/2021-45, estabelecendo a correção contratual através do IPCA-E até a quitação total de sua dívida.

Fica representado pelos valores totais de R$ 26.490 e de R$ 26.700 respectivamente, deduzindo-se R$ 19.478 e R$ 18.592, relativo à Provisão de Riscos Contratuais para perdas estimadas.

Sobre a recuperação dos financiamentos, o Grupo de Trabalho criado pelo Ato nº 252/PR/2019 em outubro de 2019, e se encerrou através do processo sei nº 48090.000093/2020-99, fazendo as recomendações conforme segue:

Fica acordado que a **BELO SUN** deverá pagar à CPRM o valor de R$ 8.671.711,06 (oito milhões, seiscentos e setenta e um mil, setecentos e onze reais e seis centavos), da seguinte forma:

R$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) pago em 10 de agosto de 2021, através de GRU.

R$ 6.871.711,06 (seis milhões, oitocentos e setenta e um mil, setecentos e onze reais e seis centavos), no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data em que for publicada, no Diário Oficial da União, a portaria de concessão de lavra a ser outorgada no Processo ANM 805.657/1976, resultante do englobamento dos direitos minerários objeto, dos processos minerários nº ANM 805.657/76, 805.658/76, 805.659/76 e 812.559/76, responsabilizando-se a BELO SUN por notificar expressamente a CPRM acerca da referida publicação. Estabelecendo a correção contratual através do IPCA-E até a quitação total de sua dívida.

Através da Nota Técnica nº 03 doc. (0477347) Conforme informado pelo Chefe do Departamento de Recursos Minerais (SEI 00440385, em 04/03/21), os processos da Minepar encontram-se ativos no cadastro mineiro, mas tiveram suas portarias de lavra negadas em despacho publicado pelo MME. Nos termos do documento encaminhado, a área técnica da CPRM considera "esses processos inativos". Desta forma, caso a informação não seja atualizada pela área técnica em sentido contrário, não há que se falar em ajuizamento de ação para recuperação de valores, diante de fato a Diretoria Executiva autorizou a baixa do ativo no balanço da empresa, conforme solicitação do Ofício nº 152/2021/SEGER/PR/CA-CPRM processo SEI 48086.002406/2021-93 **(Minepar Minérios Gaspar Ltda)** no valor R$ 16.030.875,92 (dezesseis milhões, trinta mil oitocentos e setenta e cinco reais e noventa e dois centavos) no mês de outubro de 2021,

A Divisão de Contencioso, em conjunto com o escritório que presta serviços à CPRM, chegou à conclusão que a estratégia recomendada para reaver os valores emprestados através do BNDES, seria o ingresso da CPRM nos autos da Ação de Execução, movida pela BNDES contra a **Exdibra Extratifera de Diamantes S/A**, na forma de Assistência, prevista nos artigos 119 a 123 do CPC. Após ter acesso ao inteiro teor da ação, poderemos entender quanto já foi recuperado pelo BNDES e quando eventuais pagamentos parciais ocorreram no processo. Existindo saldo devedor, entendemos que através do ingresso formal da CPRM na lide é possível dar o devido andamento ao feito, em nome do BNDES. Importante ainda, ter acesso ao "CONVÊNIO DE NORMAS UNIFORMES À PESQUISA MINERAL E À INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS DE BENEFICIAMENTO MINERAL", firmado em 21/12/1976 para entendermos se há alguma responsabilidade contratual do BNDES, em decorrência de sua eventual desídia na tentativa de recuperação de valores da EXDIBRA.
Para tanto, foi requerido autorização para formalização de ingresso da CPRM como assistentes nos autos da Ação de Execução, movida pelo BNDES contra a EXDIBRA.

Nota 11.2 - Outros Créditos

Classificam-se neste grupo os demais valores a receber não relacionados a outros grupos do Realizável a Longo Prazo, tais como Depósitos Judiciais e para Recursos, Empréstimos Compulsórios sobre Veículos e Combustíveis e Créditos por Alienação.

Neste grupo também estão registrados os créditos a receber da Eucatex Mineral Ltda., provenientes da cessão de direitos minerais, efetuada em caráter irrevogável e irretratável, pela CPRM à Companhia Energética de São Paulo (CESP), nos termos definidos na "escritura de cessão de direitos minerais", firmada entre as partes, em 24 de setembro de 1986, transferidos e cedidos pela CESP à Eucatex Mineral Ltda. com a interveniência da CPRM por escritura pública lavrada em 11/11/1993. Os direitos minerais cedidos à Eucatex Mineral Ltda. são resultantes de pesquisas bem-sucedidas de "turfa", realizadas pela Companhia em uma área de 2.730 hectares do "Projeto Caçapava", localizada no Estado de São Paulo, cujos relatórios de pesquisa foram aprovados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), hoje Agência Nacional de Mineração (ANM). As referidas pesquisas foram realizadas com recursos recebidos da União, provenientes do Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral (DL nº 1.297/73 e DL nº 1.387/75) e do Programa de Mobilização Energética. O saldo contábil da conta Direitos sobre Concessões em 30 de setembro de 2021 é de R$ 2.775, assim como o saldo credor da Provisão para Perdas de Créditos Realizáveis a Longo Prazo.

Outros Direitos Minerais a Negociar essa conta registra os direitos minerários de propriedade da CPRM, pesquisados ao longo do tempo, registrados pelo seu valor histórico, passiveis de transferências para exploração da iniciativa privada, mediante leilão.

Ajuste contábil no balanço da CPRM em outubro de 2021, para refletir a quitação realizada e os valores estimados de créditos contidos em rubricas próprias, **121.210.610 - DEPOSITOS COMPULSORIOS - COMBUSTIVEIS e 121.210.611 - DEPOSITOS COMPULSORIOS – VEICULOS**, processo SEI 48086.004347/2021-98 valor de 738.144,20 (setecentos e trinta e oito mil e cento de quarenta quatro reais e vinte centavos). Na edição de nº 206, do dia 25 de outubro de 2018, do DOU, foi publicado o "**Extrato de Termo de Quitação**", dando eficácia ao Termo de Quitação, nº 003/2018, celebrado entre a "União, por intermédio da Inventariança do Extinto Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, representando o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão" e a CPRM. O objeto do termo de quitação é como segue:

O Termo de Quitação tem por objeto o registro do ressarcimento de 207.066,61 cotas do extinto Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND. Base Legal: Decreto nº 9.052, 15/05/2017, artigo 3º, e alterações, e Lei nº 12.431, de 24/06/2011, artigo 23. Valor Total: R$ 198.765,55 (cento e noventa e oito mil setecentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

R$ Mil

	09/2021	**12/2020**
Crédito por Concessão Direito de Uso/Exploração de Bens	2.763	2.763
Outros Direitos Minerais a Negociar	12	12
Ajuste Perda para Crédito de Liquidação Duvidosa	(2.775)	(2.775)
Depósitos Judiciais	1.977	2.807
Depósitos para Interposição de Recursos	1.110	1.564
Depósitos Compulsórios - Combustíveis	635	607

Depósitos Compulsórios - Veículos	103	98
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal -EST	203	0
Total	**4.028**	**5.076**

Importante acrescentar que foi instituída a formação de um Grupo de Trabalho, através do Ato nº 14/PR/19, de 28 de janeiro de 2019, com a finalidade de estudar a situação financeira das obrigações de repasse de percentual do minério explorado nas áreas cedidas a terceiros, subsidiando eventual cobrança administrativa e ou judicial decorrente de inadimplemento, e sugestão de diretiva executiva dos contratos.

Verificações feitas pelo Grupo levantaram informações, expressas no Memorando nº 106/2019/DICOTE/COJUR, de 12 dezembro 2019, sobre o contrato da Eucatex Mineral Ltda. Conforme o citado Memorando, em vistoria realizada, por pesquisador da CPRM, em 03 e 04/04/19, não foi observada atividade de lavra nas áreas de turfa, conforme visitas técnicas realizadas em 03 e 04/04/19. A área onde ocorreu a exploração da turfa no passado atualmente é um lago cercado de pequenas propriedades rurais onde exercem as atividades de agricultura e pecuária e nas análises dos relatórios anuais de lavra realizadas, a empresa não declarou produção alguma.

Neste sentido, não há qualquer informação de valores presentes a serem pagos à CPRM. Cabendo afirmar que tal conclusão faz parte de um estudo preliminar, que não exclui eventuais recebíveis pela exploração pretérita, são as considerações finais feitas pela COJUR, conforme o citado Memorando.

Sobre o saldo existente em 30 de setembro de 2021, ressalta-se que no segundo trimestre de 2021 foi transferido para o longo prazo o valor de R$ 203 mil referente a existência de Processo Judicial Transitado em Julgado desde 19/04/12. Cumprindo a decisão, o processo foi remetido à Contadoria Judicial em 20/02/19 e em 02/05/19 a Procuradoria Geral do Estado do Amapá foi intimada a manifestar-se sobre o cálculo atualizado. O Processo está concluído desde 09/08/2019, aguardando expedição de precatório, conforme oficio Nº 94/2021/DICOTE/COJUR/PR/CA-CPRM DE 22/06/2021.

Nota 12 - Investimentos

Os valores registrados como Investimentos correspondem a ações e títulos de natureza permanente, atualizados a valor patrimonial.

R$ Mil

	09/2021	**12/2020**
Ações de Outras Companhias e Incentivos Fiscais	5	5
Total	**5**	**5**

Nota 13 – Imobilizado

Os elementos do Ativo Imobilizado, os bens móveis e imóveis destinados ao uso da empresa, que geram valor social e benefícios econômicos futuros, são avaliados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos dos saldos acumulados das respectivas contas de depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Em junho de 2021, conforme requerido pela administração da CPRM, através do Departamento de Administração Patrimonial/DEAMP/DIPATI, houve a emissão de Relatório e Laudo Técnico de Avaliação Patrimonial, pela empresa especializada, CONVERGY SERVIÇOS E CONTABILIDADE LTDA/EPP., referente às revisões da vida útil e do valor residual e ao teste de recuperabilidade (*impairment test*). Processo sei. Nº 48086.001612/2021-86

O resultado do trabalho realizado pela CONVERGY foi o seguinte:

A revisão da vida útil econômica dos ativos imobilizados apresentou ajustes a serem procedidos de forma prospectivos a partir de 01/07/2021.

O teste de recuperabilidade dos bens não apresentou qualquer indicativo ou indício de perda por redução ao valor recuperável.

Revisões da Vida Útil e do Valor Residual

Conforme o Relatório e o Laudo Técnico de Avaliação Patrimonial, segue o quadro abaixo relacionando as revisões das estimativas de vida útil econômica e, consequentemente, novas taxas de depreciação e as estimativas dos valores residuais.

Bens do Ativo Imobilizado	**Estimativa de vida Útil**	**Taxa de depreciação**	**Valor Residual**
Máquinas, Equipamentos, Móveis e Utensílios em Geral	Dez anos	10% a.a.	10%
Aparelhos de Medição e Orientação e Equipamento Utensílios Médicos Odonto, Lab e Hosp.	Quinze anos	6,67% a.a.	20%
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	Dez anos	10% a.a.	20%
Máquinas de natureza Industrial	Vinte anos	5% a.a.	10%
Máquinas e Equipamentos Gráficos	Quinze anos	6,67% a.a.	10%
Equipamentos, Peças e Acessórios P/Automóveis	Cinco anos	20% a.a.	10%
Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	Quinze anos	6,67% a.a.	10%
Equipamentos de Processamento de Dados	Cinco anos	20% a.a.	20%
Documentação, Objetos de Arte e Peças para Exposição	N/A	N/A	N/A

Veículos	Quinze anos	6.67% a.a.	30%
Embarcações	Vinte anos	5% a.a.	30%
Imóveis	Cinquenta anos	2% a.a.	Valor do terreno + 20% das edificações
Instalações	Dez anos	10% a.a.	N/A
Terrenos	N/A	N/A	Valor do terreno

Ainda conforme recomendação do Laudo, foram realizados os ajustes contábeis apurados no período, considerados os relevantes.

Teste de Recuperabilidade (*Impairment Test*)

Conforme o Relatório e o Laudo Técnico de Avaliação Patrimonial, todo o Ativo Imobilizado da Companhia passou no teste de recuperabilidade (Impairment Test), desse modo, não há qualquer indicativo ou indício de perda por redução ao valor recuperável. O montante pelo qual os bens patrimoniais estão reconhecidos depois da dedução de toda respectiva Depreciação Acumulada, asseguram que os bens patrimoniais estão registrados contabilmente por valores que não excedem seus valores de recuperação, não sendo necessário quaisquer ajustes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021.

(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto se de outra forma indicado)

Os saldos do Imobilizado em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão representados abaixo:

R$ Mil	Saldo(custo) em 31/12/2020	Adições do Período	Baixas do Período	Saldo (custo) até 30.09.2021	Depreciação Acumulada 31/12/2020	Depreciação do Período	Saldo Líquido em 30/09/2021
Imóveis	76.736	905	-	77.641	-17.604	-767	59.270
Laboratórios	3.790	-	-	3.790	-667	-83	3.040
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Aparelhos de Medição e Orientação	49.684	4.326	3.652	50.359	-35.578	-2.439	12.341
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	1.766	95	60	1.801	-1.694	-18	89
Equipamentos de Operação	12.265	3.302	4.234	11.333	-9.390	46	1.989
Mobiliário em Geral	11.330	662	856	11.136	-8.580	-431	2.125
Instalações	1.294	690	1.813	171	-1	-	171
Embarcações	854	184	199	839	-718	-26	95
Veículos	24.918	5.605	3.053	27.469	-23.252	-671	3.546
Equipamentos Áudio, Vídeo e Foto	2.509	210	133	2.587	-1.932	-113	542
Equipamentos de Processamento Dados	34.056	3.741	2.080	35.716	-26.418	-1.578	7.720
Documentação, Museus e Objetos de Arte	8.942	-	-	8.942	-93	-	8.848
Imobilização em Curso	4.247	-	-	4.247	-	-	4.247
Aparelhos e Equipamentos para Laboratório	16.627	561	533	16.655	-13.353	-812	2.491
Máquinas e Ferramentas de Oficina	1.123	172	481	814	-965	282	131
TOTAL	**250.142**	**20.453**	**17.094**	**253.500**	**-140.245**	**-6.610**	**106.645**

Copyright ©2016. Sênior Auditores e Consultores. Todos os direitos reservados.

Em Imobilizações em Curso são contabilizados os gastos com materiais, mão-de-obra direta e indireta, outros gastos em obras em andamento que, quando concluídas, terão sua destinação voltada à manutenção das atividades da empresa, ocasião em que serão reclassificadas para as contas específicas no imobilizado. Já em Equipamentos de Operação são contabilizados máquinas e equipamentos gráficos, eletroeletrônicos, doméstico, hidráulico, agrícolas e agropecuário, de proteção e segurança e de natureza industrial.

Nota 14 - Fornecedores e Contas a Pagar

São registrados neste grupo as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da Companhia, e aquelas decorrentes de prestações de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, entre outras.

As obrigações com os Fornecedores e Contas a Pagar são registradas pela Companhia no momento da ocorrência do fato gerador, observado o Regime de Competência, conforme procedimentos descritos na Macrofunção 021140 – Reconhecimento de Passivos do Manual SIAFI ou pelas liquidações executadas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

R$ Mil

	09/2021	**12/2020**
Contas a Pagar Credores Nacionais	6.174	3.679
Fornecedores Nacionais	46	664
Total	**6.220**	**4.343**

Nota 15 – Tributos e Encargos Sociais a Pagar

Estão registrados os saldos das contas de Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, Imposto Sobre Serviços – ISS, os Tributos Renegociados, além dos encargos com Contribuição para o INSS e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, de acordo com a representação abaixo:

R$ Mil

	09/2021	**12/2020**
Tributos Renegociados a Curto Prazo	5.934	5.735
Tributos Renegociados a Longo Prazo	15.700	18.372
INSS Contribuição s/ Salários e Remunerações	4.960	5.267
FGTS	1.393	1.952
IRPJ a Recolher	667	-

Copyright ©2016. Sênior Auditores e Consultores. Todos os direitos reservados.

Outros Tributos e Encargos Sociais a Pagar	5	-
Total	**28.659**	**31.326**
Circulante	**12.959**	**12.954**
Não Circulante	**15.700**	**18.372**

15.a) Tributos Renegociados a Curto Prazo: Registra os valores exigíveis a curto prazo devidos pela Companhia relativos a Tributos Federais que foram renegociados com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e à Receita Federal do Brasil – RFB. O saldo em 30 de setembro de 2021 foi R$ 5.934, enquanto em 31 de dezembro de 2020 o saldo foi de R$ 5.735.

Conforme relatório de Situação Fiscal, segue quadro resumo dos Processos referentes aos tributos renegociados:

TRIBUTOS RENEGOCIADOS	
Diagnóstico Fiscal da Receita Federal	
Parcelamento com Exigibilidade Suspensa	
Processos	Código da Receita
10166.408.305/2019-45	6012-CSLL
10166.408.400/2019-49	0220-IRPJ
14041.000.908/2007-26	3926- Reabertura da Lei nº 11.941/2009
Diagnóstico Fiscal na Procuradoria(Geral da Fazenda Nacional	
Processos (Inscrição com Exigibilidade Suspensa	
Processos	Código da Receita
10166.500.041/2006-66, 10166.500.477/2008-17, 14041.001.114/2005-18 e 10166.507.934/2011-08.	3835(Reabertura da Lei nº 11.941/2009
PERT – MP-783/2017 – Art.3 Inciso I	1734-IRPJ/CSLL

15.b) Tributos Renegociados a Longo Prazo: Nesta conta estão registrados os valores exigíveis a longo prazo devidos pela Companhia relativos a Tributos Federais que foram renegociados. A Companhia segrega os tributos renegociados junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e à Receita Federal do Brasil – RFB. O saldo em 30 de setembro de 2021 foi R$ 15.700, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 18.372.

15.c) Encargos de INSS: Registra os valores relativos às contribuições à Previdência Social, incidentes sobre salários e remunerações pagos pela Companhia. Os encargos foram apropriados em setembro para recolhimento no mês de outubro de 2021 e o saldo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 4.960, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 5.267.

15.d) Encargos de FGTS: Registra os valores dos encargos sociais a recolher ao FGTS, gerados por pagamentos de salários apropriados em setembro para recolhimento no mês de outubro de 2021. O saldo em 30 de setembro de 2021 foi R$ 1.393, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 1.952.

15.e) IRPJ a Recolher: Registra os valores dos impostos apurados no primeiro trimestre de 2021 e não recolhido no mês de abril de 2021, por meio da Sentença datada em 15/06/2020 (fls.115 a 124), nos autos do processo nº 1002685-79.2020.4.01.3400. O saldo em 30 de setembro de 2021 foi R$ 667.

15.f) Outros Tributos e Encargos Sociais a Pagar: Registra os valores de IPTU e ISS a recolher em setembro para recolhimento no mês de outubro de 2021. O saldo em 30 de setembro de 2021 foi R$ 5, enquanto em 31 de dezembro de 2020 não houve.

Nota 16 – Obrigações Tributárias a Recolher – Retenções

São registradas as movimentações das contas de retenções tributárias, em que a CPRM é responsável pela retenção e pelo recolhimento, conforme demonstrado abaixo:

R$ Mil

	09/2021	**12/2020**
IRRF Devido ao Tesouro Nacional	8.345	7.767
INSS	223	1.437
Impostos e Contribuições Divs Devidos ao TN	922	1.366
ISS	114	60
Outros	-	4
Total	**9.604**	**10.634**

16.a) IRRF devido ao Tesouro Nacional: Registra os valores referentes às retenções na fonte, pela CPRM, do imposto sobre a renda, relativas às importâncias pagas a terceiros ou creditadas a servidores ou empregados, sobre as quais incida o referido imposto. O saldo em 30 de setembro de 2021 foi R$ 8.345, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 7.767.

16.b) INSS: Registra o valor das retenções, procedidas em pagamentos de empregados regidos pela consolidação das leis do trabalho (CLT) ou de serviços de terceiros, a ser recolhido ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS. O saldo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 223, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 1.437.

16.c) Impostos e Contribuições Diversos Devidos ao Tesouro Nacional: Registra os valores referentes às retenções na fonte, pela Companhia, de impostos e contribuições diversos, relativos às importâncias pagas a terceiros, sobre os quais incidam os referidos tributos, conforme, principalmente, a Instrução Normativa RFB nº Lei 1.234/2012 e alterações. O saldo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 922, enquanto em 31 de dezembro de 20120 foi de R$ 1.366.

16.d) ISS: Registra o valor das retenções, procedidas em pagamentos de Serviços prestados por fornecedores. O saldo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 114 enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 60.

16.e) Outros: Estão agrupadas as contas de INSS-Contribuição S/ Salários e Remunerações Terceiros, INSS-Contribuição S/ Serviços Terceiros Contribuintes Avulsos, Recursos Previdenciários - GPS a Emitir, INSS - Contribuição S/ Serviços de Terceiros – Intra Orçamento, INSS - Contribuição S/ Serviços de Terceiros – Inter Estadual, Recursos Fiscais - DARF a Emitir, Recursos Fiscais Estadual/Municipais. Em 30 de setembro de 2021 não houve saldo, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 4.

Nota 17 - Férias e 13º Salário a Pagar

A Companhia registra as Férias e o 13° Salário pelo Regime de Competência, na apropriação mensal de 1/12 (um, doze avos), sobre a folha de pagamento. A CPRM pagou aos seus funcionários o 13º Salário dentro do exercício.

R$ Mil

	09/2021	12/2020
Férias a Pagar	42.241	45.493
Décimo Terceiro Salario	17.270	-
Total	**59.511**	**45.493**

Nota 18 - Provisão para Contingências

A Provisão para Contingências foi constituída conforme situações futuras de perdas. Os Processos classificados com riscos prováveis pela Consultoria Jurídica da Companhia, estão demonstrados pelos montantes abaixo (OFÍCIO 160/2021/DICOTE/COJUR/PR/CA-CPRM de 29/09/2021):

R$ Mil

	09/2021	12/2020
Responsabilidade Civil	270	395
Ações Trabalhistas	6.821	7.723
Outras Provisões	0	80
Total	**7.091**	**8.198**

Nota 18.1 - Ações com Perdas Possíveis

Os processos classificados como de risco possível pela Consultoria Jurídica, conforme OFÍCIO 160/2021/DICOTE/COJUR/PR/CA-CPRM de 29/09/2021, resultaram em 30 de setembro de 2021 no valor de R$ 8.555 e 31 de dezembro de 2020 no valor de R$ 9.659.

R$ Mil

	09/2021	12/2020
Ações de Responsabilidade Civil	2.094	2.433
Ações Trabalhistas	6.561	7.226
Total	**8.655**	**9.659**

Nota 19 - Contas e Despesas a Pagar

São registrados valores a pagar, tais como Salários, Remunerações e Benefícios, Planos de Previdência e Assistência Médica, Retenções Diversas, e outros.

R$ Mil

	09/2021	**12/2020**
Salários, Remunerações e Benefícios	11.628	12.632
Planos de Previdência e Assistência Médica	1.875	2.054
Retenções Sindicatos, Associações e Cooperativas	11	5
Retenções Planos de Seguros	163	165
Retenções – Empréstimos e Financiamentos	954	867
Outras Contas a Pagar	113	8
Total	**14.744**	**15.731**

19.a) Salários, Remunerações e Benefícios: Registra as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito. O saldo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 11.628, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 12.632.

19.b) Planos de Previdência e Assistência Médica: Registra os descontos efetuados em folhas de pagamento do pessoal para posterior recolhimento a favor de instituições de Previdência e Assistência Médica. O saldo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 1.875, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 2.054.

19.c) Retenções Sindicatos e Associações: Registra os valores das consignações retidos pela entidade, ou entregues a essa, para recolhimentos aos respectivos Sindicatos. O saldo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 11, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 5.

19.d) Retenções Planos de Seguros: Registra os valores das retenções efetuadas em folha de pagamento dos servidores referentes as contribuições a planos de seguro de vida em grupo. O saldo em 30 de setembro de 2021 foi R$ 163, enquanto em 31 de dezembro 2020 foi de R$ 165.

19.e) Retenções – Empréstimos e Financiamentos: registra os valores das retenções efetuadas em folha de pagamento dos servidores referentes a empréstimos e financiamentos concedidos por terceiros (consignações), bem como retenções de parcelas de consórcios e segurados do INSS. O saldo em 30 de setembro de 2021 21 foi R$ 954, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 867.

19.f) Outras Contas a Pagar: Registra os valores de Benefícios previdenciários, Benefícios assistenciais a pagar, retenções a fornecedores de vale refeição e Fatura Cartão de pagamento do Governo Federal. O saldo em 30 de setembro de 2021 foi R$ 113, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 8.

Nota 20 - Convênios com Entidades Diversas

Os recursos recebidos de convênios com entidades diversas com ou sem destaques orçamentários são contabilizados em conta do Passivo Circulante e sua exigibilidade é apurado mensalmente após a aplicação desses recursos.

Conforme controle realizado pela Divisão de Execução Financeira DIEFIN/CPRM, os adiantamentos feitos pelas entidades a título de Convênio em 30 de setembro de 2021 correspondem a R$ 3.828, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 10.744, conforme quadro abaixo:

R$ Mil

Entidades Diversas	Saldo em 09/2021	Saldo em 12/2020
Sec. Estadual de Meio Ambiente e Rec. Hídricos – SEMAR Vigência: 26/07/19 a 31/03/20 Objeto: Execução de cadastramento de novos poços tubulares já existentes em cadastro na Bacia do Rio Guaribas no Estado do Piauí. Obs.: Baixa conforme prestação de contas.	-	140
Secretaria Nacional de Defesa Civil/MI – SEDEC - MI TC 10/2013 Vigência: 07/06/13 a 07/06/14 Objeto: Recuperação de sistemas simplificados de abastecimento de água para suprir déficit de abastecimento no Município de Arcoverde no Estado de Pernambuco Obs.: Finalizado, aguardando aprovação da prestação de contas.	2	2
Escritório Central da Agência Nacional de Petróleo – ANP Vigência: 20/02/15 a 20/02/2025 Objeto: Rateio das despesas de Administração da CPRM e ANP no prédio situado na Av. Pasteur, nº 404, onde está instalado o BDEP. Obs: Aplicação mensal de rateio das despesas administração da CPRM.	323	273
Coordenação Geral de Recursos Logísticos – Ministério das Cidades Vigência: 25/09/07 a 21/09/08 Objeto: Capacitação de técnicos municipais para prevenção de riscos de desastres naturais em municípios dos estados do Rio de Janeiro. Obs.: Encerrado, porém, com saldo financeiro na CPRM.	37	37
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA Convênio 052/CPRM/2007 e Convênio 028/CPRM/2008 Vigência: 16/07/07 a 16/08/08 e Vigência: 02/09/08 a 02/12/08 Objeto: Implantar sistemas de abastecimento de água nas áreas dos assentamentos do Incra, através de perfuração de poços artesianos nos Projetos de Assentamentos do Estado de São Paulo, nos Municípios sob jurisdição da SR-08/SP, que apresentam pouco desenvolvimento e diversas demandas urgentes. Obs.: Finalizado, aguardando ateste na prestação de contas para devolução do saldo.	14	14
Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental Vigência: 31/11/18 a 30/11/20	85	88

Objeto: Elaboração do mapa hidrogeológico do Estado de Minas Gerais na escala 1:500.000, com o detalhamento na escala 1:100.000 da região do Quadrilátero Ferrífero. Obs: TED vencido, aguardando o gestor do convênio apresentar a prestação de contas.		
Agência Nacional de Águas – GEEFI/SAF/ANA Convênio nº 08/ANA - CPRM/2019 Vigência: 01/01/2020 a 10/12/2021. Objeto: Manutenção e Operação de estações de monitoramento da Rede Hidrometrológica Nacional (RHN), Implantação e Operação da RHNR e ainda operação de estações piezométricas do sistema Aquífero Urucuia (Bacía do Rio São Francisco e Bacia do Rio Verde Grande). Obs.: Em andamento.	2.863	9.705
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MMA Vigência: 05/10/19 a 05/10/20 Objeto: Monitoramento da recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina. Obs.: TED vencida, aguardando o gestor do convênio apresentar a prestação de contas.	50	50
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MMA Vigência: 15/10/20 a 15/10/21 Objeto: Monitoramento da recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina. Obs.: Em andamento.	34	170
Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação - MAPA Vigência: 23/12/2020 a 23/12/2021 Objeto: Implementação, em ambiente WEBGIS, da Fase 2 da PLATAFORMA TECNOLÓGICA DO PRONASOLOS – composta dos módulos: Governança e Gestão (Sala de Situação e Controle); Ambiente de Execução e aperfeiçoamento dos módulos dos Portais de Dados e do Conhecimento. Obs: Em andamento.	0	265
Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal – ADASA Vigência: 28/04/2021 a 28/04/2023 Objeto: Aprimoramento da gestãointegrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos do Distrito Federal, por meio do monitoramento hidrogeológico e hidrológico e do mapeamento hidrogeológico distrital. Obs: Em andamento.	419	0
Total	**3.828**	**10.744**

Nota 21 – Convênios com Entidades Diversas – TED

Em relação aos Convênios com Entidades Diversas, a Coordenação-Geral de Contabilidade da União – CCONT alterou a rotina do Termo de Execução Descentralizada (TED, a partir do exercício 2019, conforme Mensagem nº 2019/0204238 de 29 de janeiro de 2019, emitida no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

O Departamento de Contabilidade, Orçamento e Finanças –DECOF verificou que a CCONT lançou os valores totais recebidos pela Companhia referentes a todos os TEDs (convênios) evidenciando as descentralizações externas de créditos orçamentários. Em contrapartida houve o registro de variação patrimonial diminutiva (despesa), que consequentemente, impactou o resultado da CPRM, gerando prejuízo em igual valor.

Buscando anular o impacto do resultado e preparar as Demonstrações Contábeis com informação útil para tomada de decisão, a Divisão de Contabilidade Geral realizou lançamentos no subgrupo de Convênios com Entidades Diversas – TED e, contrapartida no resultado.

Ressalta-se que a prática contábil adotada pela Companhia já era o reconhecimento do direito e da obrigação, no Balanço Patrimonial, classificados em contas patrimoniais análogas ao orientado pela CCONT.

A Divisão de Execução Financeira, que controla a movimentação do recurso, inclusive a prestação de contas, está em contato com os órgãos concedentes para ajustes dos saldos. Faz-se necessário esclarecer ainda, que a Companhia prestou conta dos montantes relevantes, porém a análise e a baixa pela aprovação, depende de tais órgãos.

Os convênios com entidades Diversas – TED registrados até 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentam os seguintes valores:

R$ Mil

	2021	**2020**
Convênios com Entidades Diversas – TED - ATIVO	90.997	78.356
Convênios com Entidades Diversas – TED - PASSIVO	90.997	78.356

As prestações de contas dos convênios entre a CPRM e Secretaria Nacional de Segurança Hídrica, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDEC e a Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano foram entregues pela CPRM e estão em análise pelo órgão cedente.

Abaixo, segue quadro resumo:

Entidades Diversas - TED	Nº CONV.	Saldo
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica	ED 696289	416
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica	ED 673418	600
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDEC	ED 674588	44.093
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDEC	ED 674897	1.700
Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano	ED 680238	738
Agência Nacional de Águas - GEEFI/SAF/ANA	ED689568	1.334
Escritório Central da Agência Nacional de Petróleo – ANP	ED 689666	1.615
Agência Nacional de Águas - GEEFI/SAF/ANA	ED 694925	4.852
Agência Nacional de Águas – GEEFI/SAF/ANA	ED 699549	22.648

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração SPOA/MMA	ED 698222	168
Agência Nacional de Águas - GEEFI/SAF/ANA	ED 1AAEDS	11.968
Secretaria de Inovações, Desenvolvimento Rural e Irrigação	ED 1AADOT	865
Total		**90.997**

Nota 22 - Credores Diversos

Classificam-se neste grupo os demais valores a pagar não relacionados a outros do Passivo Circulante, tais como Contribuição a Entidades de Previdência Privada, Diárias a Pagar, Depósitos e Cauções Recebidos, Depósitos Retidos de Fornecedores, Indenizações, Restituições e Compensações e outros.

R$ Mil

	09/2021	**12/2020**
Contribuição a Entidades de Previdência Privada	761	748
Diárias a Pagar	280	1.307
Depósitos e Cauções Recebidos	232	211
Depósitos Retidos de Fornecedores	1	1
Indenizações, Restituições e Compensações.	2	2
Outros Credores	104	16
Total	**1.380**	**2.285**

22.a) Contribuição a Entidades de Previdência Privada: Registra os valores dos encargos sociais a recolher representados pela Contribuição Patronal a Entidades fechadas de Previdência Privada. O saldo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 761, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 748.

22.b) Diárias a Pagar: Registra os valores relativos as diárias a pagar. O saldo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 280, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 1.307.

22.c) Depósitos e Cauções Recebidos: Registra os valores das obrigações exigíveis contraídas com o recebimento de depósitos e/ou cauções pela entidade vinculados a contratos ou outros instrumentos, para garantias de operações especificas. O saldo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 232, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 211.

22.d) Depósitos Retidos de Fornecedores: Registra os valores de obrigações decorrentes de depósitos recebidos/retidos de fornecedores em função de aplicação de multas e outras determinações. O saldo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 1, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 1.

22.e) Indenizações, Restituições e Compensações: Registra as obrigações relativas a indenizações, restituições e compensações. O saldo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 2, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 2.

22.f) Outros Credores: Registra os valores relativos as GRU-Valores em transito para estorno de despesas e ordens bancárias canceladas. O saldo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 104, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 16.

Nota 23 - Capital Social

Em 30 de setembro de 2021, o Capital Social integralizado no valor de R$30.148, está representado por 2.948.172 ações, sendo 2.631.150 ações ordinárias e 317.022 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. A participação da União após o processo de indenização de acionistas pessoas físicas e pessoas jurídicas de natureza exclusivamente privada iniciado em novembro de 2000 alcançou o percentual de 97,33%, ficando o restante de 2,67% em poder de pessoas jurídicas de direito público interno e entidades da administração indireta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme preceitua o seu Estatuto.

A composição acionária da empresa em 30 de setembro de 2021 apresenta a seguinte distribuição:

	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total de Ações	%
União Federal	2.580.626	98	288.963	92	2.869.589	97
Fazenda do Estado do Amazonas	-	-	1.169	-	1.169	-
Fazenda do Estado do São Paulo	28.073	1	18.715	6	46.788	2
Cia. Energética de Alagoas	116	-	116	-	232	-
Centrais Elétricas Brasileira – Eletrobrás	6.015	-	6.015	2	12.030	-
Petróleo Brasileiro S/A	12.031	1	-	-	12.031	1
Banco Central do Brasil	1.202	-	-	-	1.202	-
Centrais Elétricas Norte do Brasil	-	-	233	-	233	-
Indústrias Nucleares do Brasil	23	-	-	-	23	-
Cia. Mineradora Minas Gerais S/A	200	-	-	-	200	-
Cia. Paranaense de Energia – COPEL	674	-	594	-	1.268	-
Cia. Estadual Energia Elétrica – CEEE	467	-	-	-	467	-
Cia. Rio-grandense Saneamento (CORSAN	233	-	-	-	233	-
Metais de Goiás S/A (METAGO	584	-	116	-	700	-
CESP (Cia. Energética de São Paulo	467	-	701	-	1.168	-
Cia. Rio-grandense de Mineração	39	-	-	-	39	-
Cia. Matogrossense de Mineração - METAMAT	400	-	-	-	400	-
Amazonas Distribuidora de Energia S/A	-	-	400	-	400	-
Total	**2.631.150**	**100**	**317.022**	**100**	**2.948.172**	**100**

Nota 24 - Reservas de Reavaliação

A Companhia realizou parte dos valores registrados como Reservas de Reavaliação de seus imóveis de uso especial localizados nas Unidades Regionais do Rio de Janeiro e Goiânia, conforme lançamentos históricos e compulsórios feitos pelo Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet).

Em setembro 2021, o valor da realização corresponde a R$ 279 mil e teve como base os valores registrados como depreciação dos imóveis de uso especial, com exceção dos valores dos terrenos que não são depreciáveis. O prazo máximo estimado, após os ajustes de vida útil e valor residual, recomendados pelo Laudo de Avaliação Patrimonial, para a total reversão da Reserva de Reavaliação do imóvel no ERJ é de 6 anos e 7 meses e para o imóvel de GO é de 32 anos e 3 meses.

R$ Mil

Reserva de Reavaliação	**09/2021**	**12/2020**
Terreno	13.006	13.006
Imóvel	7.684	7.963
Total	**20.690**	**20.969**

Nota 25 – Resultado Acumulado

Nesta conta são registrados os resultados acumulados da Companhia. A empresa apresentou em 30 de setembro de 2021, prejuízo acumulado no valor de (R$ 15.249), representado abaixo:

R$ Mil

	09/2021	**12/2020**
Resultado Acumulado	(16.570)	(17.446)
Total	**(16.570)**	**(17.446)**

Nota 26 - Receita Líquida de Serviços

A Receita Líquida de Serviços é apurada pela dedução dos Tributos Incidentes sobre a Receita Bruta de Serviços provenientes da atividade fim da Companhia, conforme evidenciado a seguir:

R$ Mil

	09/2021	**09/2020**
Receita Líquida de Serviços	1.662	2.072
Total	**1.662**	**2.072**

Nota 27 - Custo dos Serviços Prestados

Os valores atribuídos aos Custos dos Serviços Prestados pela Companhia relativos aos serviços prestados, principalmente, conforme estudos *in loco* do Laboratório de Mineração – LAMIN, em 30 de setembro de 2021 foram estimados em R$ 988 e em 30 de setembro de 2020 em R$ 1.263.

	09/2021	09/2020
Custos dos Serviços Prestados	(988)	(1.263)
Total	**(988)**	**(1.263)**

Nota 28 - Recursos da União para Operações e Investimentos

Conforme as três esferas de orçamento que compõem a Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, a Companhia está incluída nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) da União e, conforme o Manual Técnico de Orçamento – MTO/2021, não está incluída no Orçamento de Investimento das Empresas Estatais (OI), isso porque a CPRM é uma empresa em que a União, diretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto, porém a programação consta integralmente nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Até 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020, a Companhia recebeu recursos do Tesouro Nacional e Convênios com Destaque Orçamentário de R$ 341.185 e 353.531, sendo R$ 313.192 e 327.845 para operações do ano corrente e R$ 27.993 e 25.686 para pagamento de despesas de Restos a Pagar, respectivamente.

Os recursos do Tesouro Nacional para CPRM, empresa estatal dependente, destinaram-se a cobertura de pagamentos relacionados às categorias de gastos de pessoal e encargos sociais, dívida externa e interna e de custeio em geral e de capital, sem receber recursos de investimentos relacionados ao adiantamento para futuro aumento de capital e movimentaram as contas de resultado no SIAFI, como repasses recebidos, transferências recebidas para pagamento de restos a pagar e transferências concedidas para pagamento de restos a pagar.

Nota 29 - Despesas e Receitas Operacionais

Representam as despesas realizadas para a manutenção dos serviços da Companhia e outras receitas operacionais.

As Despesas Gerais, Administrativas e Outras Despesas e Receitas Operacionais apuradas até 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020 tiveram as seguintes composições:

R$ Mil

	09/2021	09/2020
Despesas com Pessoal	(220.926)	(216.686)
Encargos Sociais	(37.233)	(42.427)
Benefícios a Empregados	(972)	(695)
Plano de Previdência Complementar	(5.996)	(6.735)
Locação e Aquisição	(930)	(1.067)
Depreciação e Amortização	(8.467)	(9.122)
Despesas Tributárias	(3.047)	(3.203)
Serviços de Comunicação	(870)	(1.025)
Manutenção	(5.317)	(4.990)
Serviços Públicos	(2.138)	(2.123)

Serviços Profissionais Contratados	(64.287)	(71.285)
Materiais	(3.511)	(2.335)
Resultado com Ações Judiciais	(5.659)	(4.368)
Outras Despesas/Receitas	18.626	(14.434)
Total	**(340.727)**	**(380.495)**

Nota 30 - Despesas e Receitas Financeiras

Representam variações monetárias, variações cambiais, juros e outros. As Despesas e Receitas apuradas até 30 de setembro de 2021 foi de R$ 223 e 30 de setembro de 2020 foi de R$ (562) apresentam os seguintes valores:

R$ Mil

	09/2021	**09/2020**
Despesas Financeiras	(1.399)	(1.622)
Receitas Financeiras	1.622	1.060
Total	**223**	**(562)**

Nota 31 – Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia, conforme ajustes estabelecidos pela legislação fiscal para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Lucro Real/Trimestral, apurou, a partir do seu resultado contábil, no primeiro trimestre de 2021, lucro fiscal no valor de 3.224, apurando IRPJ no valor de 555 e CSLL no valor de 203, acontecendo a sua contabilização no mês de abril de 2021.

Nota 32 - Resultado Líquido do Período

A Companhia apurou até 30 de setembro de 2021, Lucro contábil de R$ 597 e 30 de setembro de 2020, prejuízo contábil de 26.717, conforme evidenciado na Demonstração do Resultado, de acordo com registros expressos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Nota 33 – Cobertura de Seguros

Os seguros são contratados por valores considerados suficientes para cobrir eventuais riscos ou perdas sobre bens móveis, imóveis e almoxarifado, conforme apólice nº 3038/0000015/96, cuja vigência teve início às 24 horas do dia 07/01/2021 e término às 24 horas do dia 06/01/2022, firmada por meio do Contrato nº 002/PR/2021 (Processo SEI nº 48086.001751/2020-29) junto a **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**. A cobertura (valores segurados) perfazem um total de R$284.825.152, sendo R$105.381.257 referentes à Bens Imóveis, R$33.531.319 referentes a Bens Móveis e Almoxarifado, R$138.912.576 referentes a Incêndio, Explosão e Implosão, R$5.000.000 referentes a Danos Elétricos e R$2.000.000 referentes a Responsabilidade Civil. O prêmio total pago foi de R$ 79.200,00.

Os seguros contratados dos bens móveis (veículos) foram realizados pela apólice nº 053196370913, cuja vigência teve início às 24 horas do dia 01/12/2020 e término às 24 horas do dia 30/11/2021, firmada por meio do Contrato nº 078/PR/2020 (Processo SEI nº 48086.001070/2020-61) junto a PORTO **SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**. A cobertura (valores segurados) perfazem um total de R$122.098,54 para um total de 214 veículos, cujo prêmio total é de R$122.098,54, relativo a 214 veículos.

Esteves Pedro Colnago
Diretor Presidente

Cassiano de Souza Alves
Diretor de Administração e Finanças

Alice Silva de Castilho
Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial

Marcio José Remédio
Diretor de Geologia e Recursos Minerais

Paulo Afonso Romano
Diretor de Infraestrutura Geocientífica

Itamar Vilarinho Brito
Contador CRC-DF 12688
CPF. 553.591.831-87